

Econ. Brasil

14 MAI 1992

Collor vai discutir ajuste mais rápido

MARTA SALOMON

BRASÍLIA — A antecipação da reforma tributária e, portanto, do ajuste fiscal, será o principal tema na área econômica, da reunião ministerial convocada pelo presidente Fernando Collor para o final de semana. Numa reunião terça-feira à noite no Palácio do Planalto, o secretário de Governo, ministro Jorge Bornhausen, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e o secretário de Assuntos Estratégicos, Eliezer Batista, definiram a estratégia do governo para aprovar o projeto, que prevê mudanças na Constituição, ainda no primeiro semestre — e não durante o segundo, como estava previsto inicialmente.

Para saber das probabilidades de a reforma entrar em vigor no início do segundo semestre, Bornhausen consultou, durante o café da manhã, o presi-

dente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Bornhausen pretende fazer com que o projeto de reforma fiscal, preparado por uma comissão especial presidida pelo advogado Ary Oswaldo Mattos Filho, seja votado com a proposta de emenda constitucional sobre ajuste fiscal que já tramita na Câmara desde o ano passado. O governo também investe na possibilidade de adiar o recesso parlamentar, previsto para começar em 1º de julho.

Durante a reunião no Planalto, Bornhausen, Gros e Eliezer chegaram à conclusão de que antecipar o ajuste fiscal é a única maneira de "tirar o País do sufoco". O governo recebeu sinais de políticos, empresários, prefeitos e governadores de que haveria condições de votar o projeto antes das eleições para prefeito, em outubro. Além dos sinais detectados pelo governo, há as pressões dos credores externos.

"O ministro Marcílio está muito interessado e não fala de outra coisa", confirmou o líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), cético, porém, quanto à possibilidade de o governo conseguir aprovar uma reforma fiscal para entrar em vigor já no segundo semestre. "Esse é um tema muito polêmico e vários parlamentares temem o desgaste eleitoral de um aumento dos impostos", explicou o líder.

Maciel entende que na área fiscal o governo só tem chances de aprovar nos próximos meses a criação do imposto sobre combustíveis, que poderia render Cr\$ 1,5 bilhão por ano para a manutenção das rodovias. "Todos os partidos andam nas estradas e isso ajuda", disse. Segundo o líder, a solução para a falta de dinheiro no caixa do governo não depende de lei, mas da eficiência da cobrança para evitar a sonegação.